

Término da escala 6x1 pode custar R\$ 120 mi a prefeituras da região

Término da escala 6x1 pode custar R\$ 120 mi a prefeituras da região

Estimativa baseada em parâmetros da CNM considera gastos adicionais com contratações e reajustes em contratos de prestação de serviços

HEATZ MIELLE
hsear@repositorio.org.br
JANA VITOR OLIVEIRA
jvapor@repositorio.org.br

O fim da escala 6x1, previsto pela PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 221/2015 promulgada na sexta-feira (16), pode gerar um custo anual estimado de R\$ 120 milhões para as prefeituras do Grande ABC. O valor projetado pelo Diário considerou os parâmetros definidos pela CNM (Confederação Nacional de Municípios). Ao todo, o gasto com a redução da jornada deve chegar a R\$ 6,6 bilhões anuais no Brasil, sendo R\$ 1,49 bilhão com contrapartes diretas. A emenda estipula redução de jornada de trabalho de 44 horas semanais para 40 horas semanais sem redução de salário. Uma das folgas deve ser preferencialmente aos domingos.

A pesquisa considera que a redução da jornada pode exigir novas adições para manter o nível de atendimento dos serviços municipais, além de reajustes nos contratos com empresas fornecedoras de mão de obra. O levantamento indica que custos com terceirizadas que prestam serviços aos municípios devem ultrapassar R\$ 5,14 bilhões por ano aos cofres públicos. A CNM calculou que, em média, um município de pequeno porte (50 mil habitantes) irá gastar R\$ 47 mil por ano com a redução da jornada. O valor sobe para R\$ 2,2 milhões em cidades de médio porte (entre 50 mil e 300 mil moradores) e chega a R\$ 28,8 milhões para grandes municípios (mais de 300 mil pessoas).

No Grande ABC, Santo André, São Bernardo, Diadema e Mauá são classificados como municípios de grande porte, São Caetano e Ribeirão Pires,

de médio, enquanto Rio Grande da Serra, de pequeno. "Para manter o mesmo nível de prestação dos serviços públicos, as empresas terceirizadas precisarão ampliar as contratações e irão reparesentar os custos, o que irá gerar um desequilíbrio nos contratos públicos com as prefeituras. Os municípios já enfrentam o problema no limite e não têm recursos para custear essa medida. Sem uma previsão orçamentária devida, muitos serviços podem ser afetados, prejudicando a população", alerta o presidente da Confederação, Paulo Zulkoski. O levantamento ouviu 2.146 prefeituras, o equivalente a 38,6% do total do País. Desses, 75% dos gestores disseram contratar serviços terceirizados. De acordo com a pesquisa, há mais de 1 milhão de trabalhadores terceirizados nas prefeituras. Os serviços mais comuns são conservação,

Contabilizando

Custo anual estimado para os municípios com fim da 6x1

Cidade	Valor (R\$)	Habitantes	Porte
Santo André	28,8 milhões	778.711	Grande
São Bernardo	28,8 milhões	942.499	Grande
São Caetano	2,2 milhões	172.309	Médio
Diadema	28,8 milhões	404.118	Grande
Mauá	28,8 milhões	429.380	Grande
Ribeirão Pires	2,2 milhões	118.877	Médio
Rio Grande da Serra	47 mil	45.317	Pequeno
GRANDE ABC	120,047 milhões	2.789.011	

Fonte: Confederação Nacional de Municípios



Adaptado: Diário do Grande ABC

limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos (69%), manutenção de prédios, equipamentos e instalações (44%), serviços de informática (25%) e segurança e vigilância (27%). Até dezembro deste ano, a jornada máxima semanal deve passar de 44 horas semanais para 42 horas e, após mais 12 meses, será reduzida para 40 horas semanais. Essa é a primeira redução de jornada desde a Constituição de 1988. A advogada trabalhista Paula Lima Campos, do Polizuk Advogados, explicou que a emenda preserva o espaço da negociação coletiva para organizar jornadas e folgas conforme as características de cada atividade. "Tais flexibilidades, porém, deve respeitar os novos limites constitucionais e

a manutenção dos salários. As cláusulas coletivas incompatíveis com os novos parâmetros perderão efeito." Em relação a regimes diferenciados, como de segurança e enfermeiros, a escala 12x36 (trabalha durante 12 horas e descansa nas próximas 36 horas) não foi automaticamente extinta e possui previsão no artigo 59-A da CLT, mas sua aplicação deverá ser compatibilizada com os novos parâmetros constitucionais. "Isa gera uma média de 42 horas semanais. A Constituição admite regimes diferenciados, mas exige respeito aos novos limites. Isso exigirá revisar a distribuição dos plantões e poderá envolver folgas adicionais ou outra forma válida de compensação, conforme a regulamentação e a negociação coletiva aplicáveis", ponderou.

Cidades mensuraram impactos da PEC

As prefeituras da região estudam os impactos do fim da escala 6x1 (seis dias de trabalho e um de descanso) na prestação dos serviços públicos e nos contratos com empresas terceirizadas. As administrações afirmam que buscam conciliar a continuidade do atendimento à população com o equilíbrio das contas públicas. Santo André informou que ainda não possui estimativas sobre a repercussão da medida, mas os concursos vigentes são suficientes para atender possíveis demandas. Os servidores municipais regidos pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) representam 2,19% do quadro de pessoal. "No caso dos terceirizados, o impacto deve ser absorvido nos espaços contratuais conforme a legislação permite, assim como o orçamento do município." A Prefeitura destacou que profissionais terceirizados que atuam em equipamentos como a Sabina Escola Par-

que, a Emea (Escola Municipal de Educação Ambiental Parque Tangará) e os Centros Educacionais de Santo André) trabalham na escala 6x1. Também chamou atenção para outros regimes, como 12x36 (trabalha durante 12 horas e descansa nas próximas 36 horas), adotados pela GCM (Guarda Civil Municipal) e por agentes de trânsito e transporte. "Essenciais adoções serão avaliadas pelos setores competentes da administração." Sem detalhar, São Bernardo comentou que adotou medidas antecipadas de planejamento para adequar e reforçar o quadro de servidores municipais. As ações buscam garantir a continuidade e a qualidade dos serviços públicos, além de "conciliar as necessidades de cada setor com a responsabilidade na gestão dos recursos". São Caetano informou que adequações vão considerar "a continuidade e a quali-

dade dos serviços prestados à população, bem como o equilíbrio das contas públicas". Diadema disse que iniciará estudos técnicos. "A nova legislação não impõe diretamente o regime de trabalho dos servidores públicos, regidos pelo Estatuto dos Servidores. No entanto, é preciso considerar os possíveis efeitos sobre terceirizados, especialmente na área da saúde e, fornecedoras, que podem ter custos elevados." O período de transição, previsto para começar em dezembro de 2026, servirá para avaliar próximos passos. Ribeirão Pires pretende instituir um comitê para analisar os efeitos operacionais e financeiros da medida, especialmente sobre os serviços essenciais. A Prefeitura informou que fará as adequações determinadas pela legislação. Mauá e Rio Grande da Serra não responderam até o fechamento dessa edição. **WE**

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Economia Pagina: 5